

**SER MULHER, INDÍGENA E LÍDER: EMPODERAMENTO E LIDERANÇA FEMININA
NUMA ALDEIA AMAZÔNICA**

JOÃO AURICÉLIO SOUSA DA SILVA
UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ-UNIVALI

GUSTAVO BEHLING
UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ (UNIVALI)

PAULO ROGÉRIO MELO DE OLIVEIRA
UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ (UNIVALI)

Agradecimento à órgão de fomento:

-

SER MULHER, INDÍGENA E LÍDER: EMPODERAMENTO E LIDERANÇA FEMININA NUMA ALDEIA AMAZÔNICA

Resumo

O artigo aborda as mudanças promovidas pela liderança feminina na comunidade indígena Shanekaya, no Estado do Acre, sob o enfoque do gênero e do empoderamento feminino. A nomeação da cacica Edna como líder de seu povo foi um marco significativo que rompeu com a tradição patriarcal de lideranças exclusivamente masculinas e possibilitou avanços importantes, não só para a líder, mas para as outras mulheres da aldeia, que passaram a ser valorizadas pelos seus esforços e trabalho. A liderança da cacica mudou a forma como as mulheres eram vistas na comunidade e ressignificou os sentidos e a forma como os trabalhos são distribuídos e realizados. As entrevistas realizadas com a cacica e com homens e mulheres da comunidade, em novembro de 2021, foram fundamentais para registrar as percepções da comunidade sobre as mudanças provocadas pela liderança feminina.

Palavras-chave: Empoderamento; liderança feminina indígena; gênero; Shanekaya.

Introdução

A luta emancipatória das mulheres indígenas, sujeitas a diversas formas de violência e discriminação, vem ocorrendo de forma organizada pelo menos desde a década de 1990, embora tenha ganho em visibilidade apenas mais recentemente (Amado, Le Bourlegat & Urquiza, 2019). A participação das mulheres indígenas nos espaços políticos e instituições não indígenas tem aumentado significativamente nas últimas décadas e, além de pautas tradicionais, como a demarcação de terras, elas têm enfrentado temas delicados como a violência familiar e interétnica, o acesso a meios de geração de renda, a saúde reprodutiva, o combate ao racismo, a soberania alimentar e a participação das mulheres nas decisões de políticas dos governos (Dutra & Mayorga, 2019).

Grubits, Darrault-Harris e Pedroso (2005) observaram que o protagonismo feminino nas comunidades indígenas, por um lado, tem revelado especificidades importantes em relação à sociedade nacional e mesmo entre os diferentes grupos étnicos, incluindo questões de gênero e sua interface com trabalho, o poder e a participação política. Por outro, a interação social na sociedade envolvente, com o estado nacional e com organismos nacionais e internacionais, permite aos indígenas acessar mecanismos para o empoderamento individual, político e étnico (Grubits; Darrault-Harris; Pedroso, 2005).

A Pauta Nacional das Mulheres Indígenas, implementada pela ONU em 2010¹, em sintonia e em colaboração com as lutas femininas, aponta um conjunto de dez diretrizes para a luta das mulheres indígenas no Brasil. Destacamos a diretriz 2, referente ao empoderamento político e participação política das mulheres indígenas, a 6, que diz respeito aos direitos econômicos das mulheres indígenas e a diretriz 9, que versa sobre sustentabilidade e financiamento, especificamente relacionados ao contexto deste trabalho. É de suma importância a validação dessas diretrizes para uma efetiva garantia dos direitos das indígenas. Embora se possa ressaltar alguns avanços, passados treze anos da sua implementação, ao adentrar as comunidades indígenas nos deparamos com cenários bastante descolados das intenções. As questões levantadas pela Pauta têm norte legal e chama a atenção dos poderes legislativo, executivo e judiciário, sobre suas atribuições e ações, fundadas em práticas retrógradas e desconectadas dos debates contemporâneos.

Nesse sentido, como diagnosticou Segato (2013, p. 30), “o direito das mulheres dos povos indígenas é uma área de dificuldades múltiplas.” Depois do contato e das múltiplas interações com a sociedade nacional, a mulher indígena, além desta condição de marginalidade e invisibilidade, ainda padece de todos os problemas e desvantagens da mulher brasileira. Esta dupla condição de vulnerabilidade tem um agravante, que se apresenta na forma de um dilema. Se, por um lado, elas reclamam seus direitos baseados na ordem individualista, por outro, parecem ameaçar a permanência dos direitos coletivos, nos quais se assenta o direito comunitário à terra e à divisão do trabalho tradicional na unidade doméstica como base da sobrevivência. Este dilema fragiliza a legitimidade destas mulheres quando reivindicam os seus direitos individuais, “que são, por definição e natureza, “universais”, e cujos pleitos dirigem-se aos foros de direito estatal e de direito internacional, ultrapassando a jurisprudência tradicional do grupo étnico” (Segato, 2013, p. 30).

Este artigo aborda, sob o enfoque do empoderamento feminino, a liderança das mulheres da “aldeia”² Shanekaya, no Acre, e identifica as mudanças ocorridas desde a nomeação da cacica Edna. Inspiramo-nos nos estudos etnológicos que nos convidam a refletir sobre o aprisionamento das sociedades originárias nos valores da cultura ocidental, como se as relações de comando e obediência fossem a forma universal do poder. E nos lembram que os povos indígenas, embora estejam em permanente contato com o estilo de vida, sistemas políticos e tecnologias das sociedades à sua volta, constroem os seus próprios sistemas de semiotização do mundo, de reafirmação social, definem os seus interesses e valores éticos e os seus princípios de liderança.

Calcula-se a presença de doze nações indígenas no Acre, que podem ser distribuídas em dois troncos linguísticos: a) Pano (Nações: Kaxinawá, Yawanawá, Poyanawá, Jaminawá, Nukini, Arara, Shanenawá, Kutukina, Nawas); e b) Aruak (Nações: Kulina, Ashaninka, Ma) (Nome do autor, p. 62-63), identificada como o primeiro ramo étnico acreano. Os indígenas pertencentes aos referidos troncos têm procedência peruana e chegaram ao Acre motivados pela intensa perseguição espanhola. Chegando à região, os índios do Tronco Pano passaram a dominar a região do Rio Juruá, e os do Tronco Aruak, a região do Rio Purus (Citar a fonte).

Atualmente, estima-se haver cerca de duzentas e nove comunidades indígenas no Estado, nas quais, normalmente, o sistema patriarcal é mantido e perpetuado (Citar a fonte). Chama a atenção, contudo, o caso da “aldeia” Shanekaya, localizada na cidade de Feijó, interior do Estado, onde emerge a liderança da cacica Edna. “O cargo de cacicado”, como instituição de liderança, segundo Edna, “era hereditário, vinha de pai para filho, homem”. A liderança de Edna foi circunstancial. Seu pai, cacique da comunidade, a nomeou para substituí-lo porque seu único filho homem morreu. O cacicado de Edna demarcou o fim do patriarcado indígena e abriu espaços e o direito à voz das mulheres. Neste sentido, o caso da comunidade Shanekaya nos oferece um ângulo privilegiado para dimensionar o alcance do rompimento com um conjunto de tradições patriarcais e a afirmação das vozes e da presença feminina em condições de igualdade com os homens.

Para entender o empoderamento feminino e a liderança da cacica Edna, entrevistamos, em novembro de 2021, sete pessoas da etnia Shanenawa, aldeia Shanekaya, seis homens e mulheres, membros da comunidade, e a cacica Edna. As entrevistas em profundidade foram realizadas na comunidade, ao longo de três dias de convívio. Além da transcrição das entrevistas, o diário de campo³ serviu de base para as análises do tipo temática, que estabeleceram similaridades entre as falas e as observações.

As entrevistas, ricas em detalhes, possibilitaram explorar questões de gênero específicas da etnia Shanenawa e compreender as particularidades da liderança e do empoderamento da mulher indígena. Nos modelos tradicionais de sociedade dos povos indígenas, que se baseiam no patriarcado, o homem é visto como “provedor”, desempenhando somente atividades de “natureza masculina”, como caçar, pescar, proteger a aldeia. Já as mulheres são as “gerenciadoras” e, por sua vez, responsáveis por cuidar dos filhos, de tarefas domésticas, plantio e colheita, encargos tipificadores das relações de gênero que organizam a vida social desta comunidade. Entre os Shanekaya, desde a posse de Edna, as relações passaram a se organizar de outra maneira. As mulheres exercem papel de comando, não apenas estabelecido de maneira formal pela líder, mas por meio do empoderamento potencializado pela liderança de Edna.

Materiais e métodos

A pesquisa que deu origem a este artigo se caracterizou como um estudo de caso qualitativo, do tipo intrínseco (Stake, 2000), por buscar uma melhor compreensão de um caso particular, pelo interesse despertado por suas particularidades. A atenção voltada para a comunidade Shanekaya permite a emergência das suas singularidades, que a tornam objeto de “interesse em si” (Stake, 2000). Em termos epistemológicos, a pesquisa se apoia no paradigma interpretativista, que compreende os fenômenos a partir da interpretação e vivência dos autores, da sua relação com o campo de pesquisa e, conseqüentemente, do olhar subjetivista e da interação sujeito-objeto (Saccol, 2009).

Feijó é um município do estado do Acre, conhecido regionalmente como “Terra do Açaí” e possuidor de um dos territórios mais extensos dentre os municípios acriano, com cerca de 24.000 km². Sua população, entretanto, é de pouco mais de 30 mil habitantes, um número elevado se comparado a outras cidades do estado. A região era originalmente habitada por indígenas Jaminawás, Kaxinawás e Chacauwás. Porém, por volta de 1879, com a chegada de migrantes nordestinos, no auge do chamado ciclo da borracha, a configuração do lugar mudou, sobretudo com a ocupação da região a partir da foz do rio Envira. Vários conflitos entre indígenas e seringalistas ocorreram, até surgir às margens do rio Envira o Seringal Porto Alegre, que mais tarde originaria o município Feijó (Citar a fonte).

A comunidade Kashinawá, pertencentes ao tronco linguístico pano, se localiza na área territorial do município de Feijó. A atividade laboral da comunidade era baseada na divisão sexual, cabendo aos homens a guerra a caça e a pesca, e as mulheres a colheita. Segundo Galvão (1973) as atividades Kashinawas eram em sua grande maioria extrativistas, porém, com a ocupação nordestina extinguiram-se os trabalhos de coleta. A história de Feijó é comum ao restante das cidades do Acre, habitadas primordialmente por povos indígenas, notadamente os Jaminawás, Kaxinawás e Chacauwás. Progressivamente estes povos foram se “integrando” à “civilização” brasileira, por vezes de maneira pacífica, por vezes por meio de violentos conflitos com os nordestinos que, fugindo das secas desoladoras, e atraídos pela possibilidade de conseguirem o sustento de suas famílias por meio da exploração da seiva da *Hevea brasiliensis* (a seringueira), migraram para a região e ocuparam territórios, demarcando lotes de terra e estabelecendo os seringais para o exercício da atividade econômica (Citar a fonte).

Etimologicamente o nome Shanenawa (Não entendi bem este nome. Ele só apareceu agora) é composto pelas formas shane (espécie de pássaro de cor azul) e nawa (povo estrangeiro). Assim, eles seriam o “povo pássaro azul”. Cândido (2004) relata a história do povo Shanenawa, e de grande parte das populações indígenas do Acre, marcada pela violenta ocupação da região, em decorrência do extrativismo de caucho e seringa. Os Shanenawa's se dividem em comunidades. A comunidade Shanekaya com a qual mantemos contato foi fundada

em 2014 pelos pais da cacica Edna. A comunidade é composta atualmente por 35 mulheres, sendo 21 com a idade de 0 a 18 anos e 14 mulheres com 18 anos ou mais; os homens totalizam 29, sendo 11 de 0 a 18 anos e 18 homens com a idade de 18 anos ou mais.

O trajeto que percorremos para o campo de pesquisa não é de fácil acesso e requer disponibilidade e desprendimento do pesquisador em relação ao conforto e costumes, para se permitir vivenciar a cultura e a realidade do povo local. Para obter acesso à comunidade é preciso autorização do cacique titular ou interino. É importante que ao adentrar uma comunidade indígena, o visitante, pesquisador ou não, respeite essa hierarquia e tente negociar o acesso da melhor maneira, sob pena de não ter autorização para entrar no território. Os instrumentos utilizados para a pesquisa devem ser informados previamente e a conduta deve ser de respeito à cultura e expressões da comunidade (Diário de campo).

Para proceder a coleta de dados, foram realizadas entrevistas semiestruturadas a partir de um roteiro pré-estabelecido, adaptado quando necessário. Os dados coletados foram gravados e, posteriormente, transcritos integralmente para que não se perdesse nenhuma informação. O passo seguinte foi a análise das entrevistas, buscando padrões, similaridades entre as falas e características dos entrevistados. A análise, do tipo temática (Brunstein et al., 2020), partiu de três grandes categorias: ser mulher, ser indígena e ser líder. Posteriormente, interpretamos as falas indígenas à luz das categorias mulher e gênero. Para apresentar os resultados, os entrevistados foram identificados com a numeração de 1 a 7. A cacica Edna foi identificada com o número 7.

Entrevistado	Sexo	Idade
Entrevistado 1	Masculino	37 anos
Entrevistada 2	Feminino	35 anos
Entrevistada 3	Feminino	23 anos
Entrevistada 4	Feminino	49 anos
Entrevistado 5	Masculino	98 anos
Entrevistada 6	Feminino	101 anos
Entrevistada 7	Feminino	46 anos

Resultados e discussões

Ser mulher e ser indígena

Baroni, Cabral e Carvalho (2020) sustentam que as mulheres sempre precisaram lutar por direitos já constituídos ou conquistados pelos homens, e foram, historicamente, alvo de discriminações e mantidas numa condição de submissão aos modelos sociais e patriarcais vigentes. Ser mulher, no mundo ocidental, se resumia, no plano ideal, até bem recentemente, a reproduzir, amamentar e criar os filhos. As lutas feministas, iniciadas no século XIX, questionaram as sociedades patriarcais, reivindicaram direitos e abriram caminho para a ascensão das mulheres no mercado de trabalho, no mundo dos negócios, nas instituições de ensino e, mais recentemente, aos lugares de liderança.

No caso das mulheres indígenas, as lutas assumiram outras feições e significados. Enfrentaram o colonialismo, lutaram para serem vistas como humanas e hoje lutam pela preservação ambiental e pela demarcação das terras. O movimento das mulheres indígena ressignificou o feminismo ao trazer para o centro dos debates as reivindicações, as lutas e as singularidades de mulheres que, por quase cinco séculos, foram invisibilizadas. Segundo a cacica Edna, a luta das lideranças femininas, em grande medida, é para tirar as mulheres “da invisibilidade, mesmo com o ano que nós tamo de 521 anos, nós ainda somo basicamente

invisível.”

Na comunidade onde realizamos a pesquisa é bastante clara a percepção do que é ser mulher, do significado de ser mulher indígena e a diferença entre a representação feminina dentro e fora da comunidade. Sobressai também o reconhecimento da importância dessa representatividade para a afirmação das identidades e conquistas dos povos indígenas. Uma das entrevistadas, quando perguntada sobre o que é ser mulher, disse que:

Ser mulher é ser mãe, companheira, é irmã, solidária, é amiga, ser compreensível, dedicada, tudo aquilo que faz ter amor com o próximo, amar o seu próximo, sua mãe, seus pais, seus irmãos. Saber respeitar, saber entrar e sair humildemente e não fazer diferença uns com os outros (Entrevistada 4).

Ressoa nesta fala uma ética do cuidado, que singulariza a luta das mulheres indígenas no conjunto das lutas feministas. Além da luta por direitos, as indígenas sustentam um sentido fortemente comunitário e de cuidado com o próximo, com a “aldeia”.

As mulheres, de um modo geral, precisaram ressignificar sua imagem e mostrar as suas capacidades, para sair da zona de responsabilidades impostas pelo machismo patriarcal que as limitavam apenas aos serviços domésticos e familiares. As mulheres Shanenawas não só conquistaram um lugar de respeito e relevância, como assumiram o comando da comunidade e redefiniram a identidade do grupo. Conforme a Entrevistada 2, “a nossa aldeia é conhecida como a aldeia das mulheres, né. Então isso é uma honra de tá aqui nessa aldeia porque é conhecida assim”. A entrevistada 3 complementa dizendo que as “mulheres têm voz e direito de fazer o que quer, porque antes não podia fazer né. Tanto que a mulher não podia estudar, só podia estudar homem porque mulher tinha que tá cuidando dos filhos e hoje tudo evoluiu e a mulher tem os seus direitos né?”.

Quando questionado sobre como a divisão sexual das atividades na comunidade mudou ao longo do tempo, um homem, identificado como entrevistado 5, respondeu que:

Essa divisão não tem muito não, quando os homens tã fazendo as atividades braçal, as mulheres também sempre tá perto envolvida. Por exemplo, aqui das nossas atividades, quando é uma época de plantio tem mulher, homem, criança. Até aquele bebezinho que está na tipoia vai. Não tem diferença de ninguém ficar em casa todo mundo participa daquela atividade, se é cultural todos também tã participando, envolvidos. Então tudo que é atividade tá todo mundo envolvido. Eu perdi um filho homem, eu nunca fiquei “meu Deus, por que que Deus tirou? Eu só tenho filha mulher.” Essas mulheres, seis mulheres... são poderosas, no trabalho, tanto no trabalho e em tudo. Tem muitos homens que não fazem o que elas fazem (Entrevistado 5).

A mulher indígena demonstrou que poderia realizar quaisquer atividades. Serviços que antes eram considerados inerentemente masculinos são desempenhados por elas com a mesma capacidade e desenvoltura. A luta das mulheres por igualdade ressignificou as relações de trabalho e rompeu com tradicional divisão do trabalho pelo gênero. Rompendo o preconceito e demonstrando a sua força, elas assumem hoje um espaço de voz, de liderança e de defesa política e social para lutar pelos direitos do seu povo, dentro e fora da aldeia.

Para os entrevistados, ser mulher e ser mulher indígena hoje significa ter força e um jeito peculiar de dirigir os espaços familiares e se colocar nos lugares sociais e políticos antes dominados exclusivamente pelos homens. Na comunidade Shanenawa elas lideram e elas

compartilham com os homens as mesmas responsabilidades familiares e outras atribuições importantes para o funcionamento global da “aldeia”. O lugar de prestígio que as mulheres têm hoje na comunidade é o que denominamos empoderamento feminino. A partir do momento que as mulheres passassem a se envolver em atividades que anteriormente não eram permitidas, passando a contribuir tanto com a alimentação quanto com a política, somando forças e ideias para pensar em mudança que beneficiassem toda a comunidade, elas tomaram para si o poder de decidir.

A conjuntura política das duas últimas décadas e um conjunto de políticas públicas favoráveis ao avanço das conquistas indígenas criou um ambiente fértil para o empoderamento feminino. As mulheres Shanenawas tem clareza disso e uma leitura precisa do contexto político. É o que depreendemos da fala da entrevistada 4:

Então pra mim isso é um ganho, porque antes... Isso aí me faz lembrar também da demarcação da terra. A gente não tinha essa liberdade de ir pra... de juntar várias pessoas pra fazer, por exemplo, manifestação. E hoje não, a gente tem os nossos direitos. Porque nós sabemos que sempre florestamos, sempre preservamos, mas agora nós temos mais ainda esse direito. Principalmente quando fala na junção... primeiro se não tem essa política pública a gente não consegue adquirir aquilo que a gente quer dentro da aldeia. Um exemplo, é a energia. Outro exemplo, a água encanada da aldeia com poço, a educação, a saúde. Então eu vejo isso um avanço grande (Entrevistada 3).

O empoderamento das indígenas significa, para Edna, assumir o protagonismo e a liberdade para fazer, criar, produzir. E isso só foi possível quando elas passaram a atuar em campos que, anteriormente, eram ocupados apenas pelos homens.

Conforme Grubits, Darrault-Harris e Pedroso (2005), é preciso pensar no problema da demarcação das terras, no problema da educação indígena e em tudo que envolve a questão mais ampla da qualidade de vida, levando em conta o que é qualidade de vida na perspectiva e visão dos próprios indígenas. As mulheres, como as principais guardiãs da cultura, são fundamentais neste processo. O poder e a capacidade delas de conduzir os interesses da comunidade politicamente é mencionada pelo Entrevistado 1:

Um papel muito importante, porque tanto homem como mulher fazem uma parceria muito boa... principalmente um trabalho político né, não político partidário, mas político no sentido de estar trazendo as coisas melhores para a comunidade. E é muito importante quando tem mulheres, que ela se dedica nessa vocação de estar fazendo a parte da... de buscar as coisas melhores, então a mulher ela não é abaixo do homem, ela está acima do homem, porque como eu falei... ela tem um olhar diferente, é importante colocar as mulheres para discutir, buscando as coisas melhores para o nosso povo, melhores para nós os indígenas não importa se do Acre ou não, mas que ele... que as mulheres não estão mais abaixo. As mulheres não querem mais lavar panela, não querem mais fazer comida no fogão elas estão destacando, estão saindo tem algumas que são... vê a Joelma né, que é uma candidata, que não conseguiu se eleger né com o presidente, mas está lá no governo (Entrevistado 1).

Esta fala reflete, localmente, o reconhecimento masculino do protagonismo feminino

nas discussões e reivindicações da comunidade e, no plano geral, do envolvimento direto das mulheres nas lutas dos povos indígenas, como a luta pela demarcação das terras. As lideranças femininas têm se mostrado sensíveis e eficientes para conduzir debates e tomar decisões políticas sobre temas sensíveis como violência familiar e interétnica, o acesso aos meios técnicos e financeiros para a geração de renda, a soberania alimentar e a participação das mulheres nas decisões de políticas dos governos. O entrevistado 4 refletiu sobre como eram tomadas as decisões antes das mulheres assumirem o controle e reconheceu as habilidades delas hoje para comandar politicamente a comunidade:

Antigamente era assim, antigamente o homem caçava, mas ficava em casa, cuidava tanto da casa quanto do roçado. O homem que pra mata e ia caça, chegava e trazia a alimentação para as crianças. Hoje não, hoje mudou bastante a mulher que é mais inteligente para conversas então ela também faz essa parte tanto do plantio que é o roçado e a parte política também. Essas duas partes, a alimentação e a política que ela busca as coisas melhores para o povo indígena (Entrevistado 1).

O empoderamento feminino não um caso isolado dos Shanenawas. O mesmo vem acontecendo em diversas comunidades indígenas no Brasil. “A partir dos diversos movimentos políticos de resistência, mulheres indígenas de diferentes etnias estão, pouco a pouco, construindo espaços de maior visibilidade política” (Xacriabá, 2018). Os estudos de Rocha (2019) e Ferreira (2017) nos oferecem uma visão ampliada sobre lideranças femininas indígenas nos estados de Tocantins e Amazonas. Rocha (2019) mostra que na mesma região outras comunidades já foram formadas por grupos exclusivamente femininos.

Esta mudança nos papéis sociais provocada pela ascensão das mulheres indígenas é percebida tanto por homens (Entrevistado 1) quanto pelas mulheres. Para a Entrevistada 4:

Hoje, a mulher conquistou bastante espaço, falando aqui da nossa aldeia. Por exemplo, antes os professores tinham que ser homem, hoje não, não só aqui na minha aldeia, mas a maioria do meu povo as professoras são mais mulheres. Aqui na minha aldeia são mais mulheres, só tem um professor, são seis. Tem mulher também presidente da associação que antes também era homem. Hoje não né, a mulher busca... (Entrevistada 4).

Explicando sobre esta mudança de papéis, a cacica Edna nos ofereceu um rico panorama sobre a mulher indígena contemporânea:

Hoje eu compreendo o papel da mulher na aldeia de fundamental importância, porque hoje tem professora, tem mulher agente agroflorestal... porque a mulher indígena ela já é agroflorestal dentro dos seus territórios, ela que planta, ela que colhe, que educa os seus filhos diante dessas mudanças climáticas, a gente saber o dia e a hora de comer sem usar agrotóxico, tudo natural, ela já faz a agrofloresta ali sem perceber. Tem também mulher agente indígena de saúde então a mulher ela é a maior potencial e empoderamento dentro da comunidade. Mesmo ali na casinha dela ela é educadora, porque ela está cuidando dos seus filhos educando da forma que ela foi ensinada. Então eu vejo assim, a mulher indígena é a mulher maravilha (Entrevistada 7).

A concentração de poderes e afazeres faz das mulheres indígenas, reflete Edna, uma supermulher, que se desdobra para atender a família e a comunidade, em sintonia com as boas práticas ambientais.

Os relatos dos homens e das mulheres Shanenawa vão ao encontro do diagnóstico de Dutra e Mayorga (2019), que apontam que as mulheres indígenas brasileiras conquistaram o direito de falar e estão usando a voz para denunciar as desigualdades relacionadas ao menor prestígio das mulheres nas sociedades indígenas, a restrição das mulheres ao âmbito doméstico, às violências que sofrem diante da sociedade não indígena, a invisibilização de suas pautas específicas e de seus movimentos de resistência.

Edna Shanenawa, atualmente com 48 anos, foi cacica da aldeia Shanekaya entre 2014 e 2016. Nomeada pelo pai, que não tinha filhos homens, sua liderança demarcou o fim de linhagens masculina de liderança e deu voz às mulheres. Para a entrevistada 3, antes de Edna, “as pessoas falavam muito que para ser liderança tinha que ser homem e não, não é isso... até tanto que meu avô, ele só tem filha mulher então o que fez com que colocasse uma das filhas dele para ser liderança e foi passando de geração a geração”. Na mesma direção, Edna nos disse que:

[...] só teve filha mulher com a minha mãe. Então pra mim nascer mulher já foi um privilégio, pra quebrar o preconceito. Não foi fácil ser uma cacica ou uma representante do nosso povo sofrendo assim bastante preconceito porque meu pai não tinha filho homem com minha mãe, mas esse preconceito foi quebrado o que serviu de exemplo para outros povos. E eu me vejo assim, que eu sou uma mulher resistente e que não tem medo de enfrentar qualquer desafio, gosto de desafio (Entrevistada 7).

A atuação da cacica a frente da comunidade alcançou voos mais altos e, olhando para fora da “aldeia”, mirou na luta pela representatividade dos povos indígenas. Atualmente, Edna é vice coordenadora da União das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira. Contudo, a cacica nunca deixou de ser considerada a líder dos Shanenawas. Sua liderança é perene, conforme a entrevistada 4;

A Edna hoje ela não deixou de ser líder, ela ainda é líder. Ela foi liderança da nossa comunidade, hoje ela é a cacique do povo, porque todo mundo reconhece a Edna e a capacidade dela de ser uma mulher bem guerreira, que briga e conquista, pega e vai a rua e luta e isso faz ela empoderar mais e também é esse... vai crescendo também não só no município, mas a Edna é uma liderança que é conhecida no Brasil e fora do Brasil por ela ter essa capacidade de liderar [...] A Edna ela nasceu deficiente mesmo. Mas isso não impede né, isso fez com que ela crescesse cada vez mais, reconhecida bastante na mídia (Entrevistada 4).

As falas revelam a importância da cacica para o seu povo e o amplo reconhecimento que ela conquistou como líder. O entrevistado 1 reforça este ponto se vista e destaca a atuação de Edna:

[...] quando a Edna era cacique da aldeia, ela sempre foi uma cacique bem atuante, ela nunca deixou nada a desejar, sempre estava na frente buscando os projetos reivindicando as comunidades, trouxe a água para

a nossa comunidade, trouxe energia para a comunidade. E aí, eu não vi nenhum erro por parte dela, de ela estar comandando a nossa comunidade e trabalhando dentro dela. Eu não tenho nada a criticar de quando ela foi liderança, como eu falei quando ela trouxe muitos projetos para cá, trouxe água, energia e alimentação. Então o que ela pode nos ajudar ela trouxe para a comunidade (Entrevistado 1).

Além de atuante na comunidade, Edna rompeu os limites da “aldeia”, do Acre e do Brasil, e projetou a sua liderança também do plano internacional, para pleitear melhores condições de vida para seu povo:

Sim, aí ela passou uns quatro, cinco anos em Rio Branco trabalhando, mas voltou. Daqui mesmo ela viajava. Então por isso não só ela... pra viajar assim pra longe é ela, vai pra Manaus, vai pra Brasília, Rio de Janeiro, Holanda, pra todo lugar (Entrevistada 6).

Mas a asecção política da cacica conhecida e reconhecida internacionalmente não foi fácil. Mesmo nomeada pelo pai cacique, enfrentou resistências de homens que não aceitavam a sua liderança:

[...] no início nós mulheres não tinham direito nem de voz, assim nas reuniões, e onde eu consegui fazer com que as mulheres tivessem voz. E dentro disso algumas lideranças, eles ficavam com muita raiva assim, alguns deles não queria ter diálogo comigo.

Aos poucos Edna foi conquistando o respeito e a admiração e se impôs, pelo trabalho, como liderança legítima. Nas suas palavras:

Hoje não, hoje já conquistei essa confiança através do trabalho que eu exerço dentro das comunidades indígenas Katukina/Kaxinawa, então eu já adquiri muito respeito pra mim, porque é muito difícil ter uma mulher indígena liderança principalmente dentro do nosso povo, então eu vejo que eles têm um respeito e um carinho assim e eles perguntam também muito uma opinião minha se vai dar certo, como é que a gente pode fazer, como é que posso ajudar e em quê eu posso ajudar. Eu percebo assim que liderança... o nosso povo ele tem vontade de ser a Edna Xanenawa. Só que primeiramente a gente tem que ter humildade. Se a gente não tiver nunca vai conseguir chegar e ser a Edna. A gente nunca consegue ser alguém, mas pelo menos um pouco né, porque o meu trabalho é para todos e não só para o eu, e muitos lideranças eles querem trabalhar só pro eu. E é uma coisa que a Edna Xanenawa não tem isso.

A liderança da cacica Edna promoveu mudanças no pensamento e no comportamento de toda comunidade. A desenvoltura e a capacidade de diálogo da cacica, mesmo em tempos de crise, trouxe mudanças importantes para toda a comunidade que lhe confia o próprio destino.

Considerações Finais

A pesquisa na comunidade Shanekaya nos mostrou que a cacica Edna Shanenawa continua sendo líder do seu povo, mesmo não ocupando mais o espaço de liderança formal na “aldeia”. Edna mudou a realidade da sua aldeia e a vivenciou junto com os membros de sua comunidade sem se isentar do trabalho e das lutas por melhores condições de vida.

Os resultados sugerem que as representações sociais da comunidade Shanekaya sobre as mulheres mudou significativamente com a liderança de Edna. Hoje as mulheres são vistas como capazes e se encontram numa posição social de prestígio, ocupando lugares de poder e de fala que antes lhes eram proibidos. Edna quebrou a barreira de gênero de tal maneira que hoje tanto os homens quanto às mulheres indígenas evocam a cacica como símbolo de representatividade.

As entrevistas nos permitiram perceber que o empoderamento das mulheres, sob inspiração de Edna, provocou grandes mudanças no modo vida da “aldeia”. Além de conquistar o direito de falar e usar a voz para decidir o destino do grupo, elas desempenham funções que sempre lhes foram interditas, por serem consideradas masculinas. Estas mudanças alteraram não só o sentido da liderança, mas também a forma como o trabalho é percebido e realizado. A liderança feminina rompeu com os modelos tradicionais e desfez a divisão do trabalho marcada pelo gênero. As mudanças, segundo os homens e as mulheres entrevistadas, introduziram novas formas de existência social que tornaram a vida na aldeia mais próspera e ampliaram e ampliaram positivamente os canais de comunicação com o mundo externo.

As interpretações que propomos acerca da liderança e empoderamento da mulher indígena ajudam a reduzir a lacuna existente de trabalhos teóricos que analisam os contextos empíricos e visam ampliar o entendimento da temática. Além disso, o estudo também contribui para os debates sobre a importância e as particularidades da liderança feminina e do quanto o empoderamento feminino pode mudar significativamente a vida nas comunidades indígenas.

Embora tenhamos obtido autorização para entrar na “aldeia” e realizar as entrevistas, a não disponibilidade de mais membros da comunidade para participar das conversas limitou o alcance da pesquisa. Neste sentido, sugerimos que novas pesquisas ampliem a análise e se debrucem sobre mais casos como o da cacica Edna e a liderança indígena, sob o enfoque do empoderamento feminino. Como bem observaram Amado, Le Bourlegat e Urquiza (2019), as mulheres estão construindo estratégias para sua própria prática de emancipação, na forma de lutas de resistência, em função das experiências vividas em seu território particular. O conhecimento dessas estratégias e territórios particulares é essencial para propagação do empoderamento e da liderança feminina indígena.

¹ Para Quadros (et al, 2022, p. 35), a Pauta, “além das demandas e propostas para combater a violência contra as mulheres indígenas, incluiu pontos em defesa de uma concepção ampliada de saúde indígena, que também foram mencionados pelas indígenas do sul da Bahia. Podemos destacar as seguintes demandas: contratação de mulheres indígenas para trabalharem em processos de execução de políticas públicas para os povos originários, principalmente na saúde indígena; saúde diferenciada para as mulheres indígenas (exames e tratamentos específicos); garantia do parto tradicional, mesmo quando fora da aldeia; reconhecimento e legitimação dos conhecimentos tradicionais da medicina indígena, colocando tais saberes em diálogo com os saberes da medicina ocidental.”

² Utilizamos simultaneamente e com o mesmo significado as palavras aldeia e comunidade. O conceito de aldeia tem um forte tom colonialista, que remete aos vilarejos e pequenos distritos na Europa. Entretanto, alguns grupos indígenas, como os Shanekayas, e a FUNAI usam a palavra para designar uma comunidade ou um assentamento dentro de uma terra indígena (Pereira, Eremites, 2009). Empregamos o conceito de aldeia com este sentido, que aparece nas entrevistas com os Shanekayas.

³ Não chegamos a realizar um estudo etnográfico. O tempo que permanecemos entre os Shanekaya foi o suficiente para realizarmos as entrevistas e observarmos alguns aspectos da vida da comunidade, registrados no caderno de campo.

Referências

- AMADO, A. M. M., BOURLEGAT, C. A. L., & URQUIZA, A. H. A. (2019). Empoderamento da mulher Kaiowa e Guarani na luta pelo reconhecimento dos direitos indígenas e identidade étnico-cultural. *Polis [Online]*, 54. Retrieved from <http://journals.openedition.org/polis/18043>
- BARONI, A., CABRAL, F. K. B., & CARVALHO, L. R. (2020). Uma análise da história da mulher na sociedade. Retrieved from <https://direitofamiliar.com.br/uma-analise-da-historia-da-mulher-na-sociedade/>
- BRASIL DE FATO. Sônia Guajajara comemora a liderança das mulheres indígenas na luta por direitos. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/06/09/povos-indigenas-vivem-momento-traumatico-afirma-sonia-guajajara>. Acesso em: 07/6/2023.
- BRUNSTEIN, J., GODOY, A. S., BRITO, E. P. Z., & FILHO, E. J. M. A. (2020). Análise de dados qualitativos em pesquisa: múltiplos usos em administração [livro eletrônico]. São Paulo: Mackenzie.
- CÂNDIDO, G. V. (2004). Shanenawa. Retrieved from <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Shanenawa>
- DUTRA, J. C. O., & MAYORGA, C. (2019). Mulheres indígenas em movimentos: possíveis articulações entre gênero e política. *Psicologia: ciência e profissão*, 39.
- FERREIRA, M. I. M. (2017). "Mulheres Kumirãyõma": Uma etnografia da criação da associação de mulheres Yanomami. (Master's thesis, Universidade Federal do Amazonas).
- GALVÃO, E. (1973). Índios do Brasil áreas culturais e áreas de subsistência. BA, UFBA – Centro Editorial e Didático.
- GRUBITS, S., DARRAULT-HARRIS, I., & PEDROSO, M. (2005). Mulheres indígenas: poder e tradição. *Psicologia em Estudo*, 10, 363-372.
- MENDONÇA, C. L., LEAL, E., ANDRADE, L. E. A., & SCHILLACI, M. (2019). *Mulheres Indígenas da Tradição*. Pernambuco: Centro de Cultura Luiz Freire.
- PEREIRA, Levi Marques; EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge (2009). *Ñande Ru Marangatu. Laudo antropológico e histórico sobre uma terra kaiowa na fronteira do Brasil com o Paraguai, município de Antônio João, Mato Grosso do Sul*. Dourados: Editora UFGD.
- QUADROS, J. S. et al. Mulheres indígenas das regiões sul e extremo sul da Bahia em tempo de pandemia da COVID-19: impactos e protagonismo (Estudo de caso). *Plataforma de Antropologia e Respostas Indígenas à COVID-19*. (2022). Disponível em: <http://www.pari-c.org/estudo/2>>. Acesso em: 1 jun. 2022.
- ROCHA, W. O. (2019). O movimento das mulheres indígenas Apinajé: Tempo, política e chefia feminina. (Master's thesis, Universidade de Brasília).
- Saccol, A. Z. (2009). Um retorno ao básico: compreendendo os paradigmas de pesquisa e sua aplicação na pesquisa em administração. *Revista de Administração da UFSM*, 2(2), 250-269.
- SEGATO, R. L. (2003). “Uma agenda de ação afirmativa para as mulheres indígenas no Brasil”. *Série Antropologia*, (326). Retrieved from www.agende.org.br/docs/File/dados_pesquisas/outros/Acoes%20para%20mulheres%20indigenas.pdf

STAKE, R. E. (2000). Case studies. In N. K. Denzin & Y. S. Lincoln (Eds.), *Handbook of qualitative research* (pp 435-454)